



REUNIÃO ORDINÁRIA COMITÊ DE INVESTIMENTOS / MARÇO DE 2023

LOCAL: – Sede do IPREV Mariana; Rua Santa Cruz 28, Barro Preto, Mariana/MG as 08h37min do dia 21 de março de 2023.

MEMBROS PRESENTES: Diego da Silva Carioca, Flávio Augusto de Assis Rocha, Natália Clarice de Araújo Batista e Osmerino Anelito Pena.

PAUTA:

- Avaliação dos investimentos da carteira de investimentos do IPREV Mariana;
- Análise do cenário macroeconômico;
- Proposição de investimentos/desinvestimento
- Apresentação minuta edital de credenciamento de instituições e fundos de investimentos

Considerações: A reunião teve início com a leitura do Boletim RPPS fornecido pela Caixa Federal, relatando informações do mercado internacional, que demonstra a persistência da inflação nos Estados Unidos, com possibilidade de aumento da taxa de juros para controle da inflação. Flávio comenta que os dados revelam que o índice de crescimento veio abaixo do esperado pelo mercado. Em relação ao mercado doméstico o relatório informou que o Índice da Dívida Brasileira chegou a 73% do PIB. Flávio diz que a dívida vem caindo, mas possui tendência de aumento dependendo da forma que o governo conduzir a política fiscal. A Diretora Presidente Elizangela Gomes pede a palavra e dá posse ao membro do Comitê de Investimentos Osmerino Anelito Pena, desejando-lhe boas-vindas. Continuando a leitura do relatório da Caixa, tem-se que a inflação no período foi puxada principalmente pela educação e reajuste de mensalidades. Conforme análise da inflação, torna-se evidente a permanência da taxa de juros em patamar elevado por período elevado, porém sem perspectiva de aumento. Flávio comenta que o COPOM está sofrendo pressão por parte do governo para redução da taxa de juros, mas o fato do Banco Central ser independente ajuda. Osmerino relata que no evento de investimentos para RPPS, ocorrido em Florianópolis, os especialistas de mercado acreditam que a taxa de juros pode começar a cair ainda este ano, mas não tem como prever quando. A queda não será abrupta, mas ela virá. Osmerino relata que os especialistas indicam a compra de títulos públicos de longo prazo, e que muitos RPPS estão comprando títulos para 2050. Flávio não concorda em comprar títulos de longo prazo neste momento, pois entende que temos um problema maior que é o déficit atuarial. Flávio reforça a importância de montar uma comissão para discussão de alternativas para equacionamento do déficit, de forma que possamos cobrar atitude do poder executivo. Osmerino entende que precisamos nos preparar para apresentar as informações para o executivo, principalmente em função da instabilidade do cenário doméstico e da política municipal, que talvez não queira assumir o projeto de reforma da previdência local. Diego esclarece que a gestão do IPREV Mariana esteve em reunião com a Secretaria de Administração, Arlinda, e que a mesma demonstra preocupação com o déficit atuarial, estando disposta a trabalhar a questão da reforma. O município tem uma consultoria para trabalhar a reforma, e Arlinda tem cobrado da

CNPJ: 30.317.936/0001-01

**INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DE MARIANA - MG**

RUA SANTA CRUZ, 28, BARRO PRETO, MARIANA - MG

(31) 3558-5211



gestão do IPREV uma reunião para resolver a situação. Diego recorda que a consultoria contratada pelo município emitiu um relatório de estudo do RPPS com a reforma, e que o estudo está avançado no município, e que falta ser levado para conhecimento e discussão com os servidores. Diego entende que é importante trazer a discussão para o comitê, pois somos responsáveis pela aplicação dos recursos. Elizangela Gomes informa que a prefeitura está preocupada em fazer a reforma e que está utilizando da consultoria contratada para os trabalhos de implementação do Regime de Previdência Complementar. Flávio coloca seu nome à disposição para participar da comissão de discussão da reforma da previdência local. Flávio esclarece que sua posição em relação aos investimentos está toda voltada para o curto prazo, porque acredita que o recurso necessitará de liquidez em menos de 20 anos. Diante do déficit apurado, Flávio entende que é preciso jogar aberto com o poder executivo, mostrando todas as alternativas para equacionamento do déficit. Flávio entende que em aproximadamente 2 anos, o patrimônio do IPREV começará a se deteriorar. Elizangela relata que no evento de Itaúna expôs que para equacionar o déficit é necessário realizar uma reforma local, revisar a alíquota suplementar e que a meta dos investimentos seja sempre superada, situação delicada de se cumprir somente com ativos de renda fixa. Diego salienta que é preciso chamar os técnicos para participar das discussões e que conforme apresentação do cálculo atuarial realizada pelo atuário, há possibilidades de redução do déficit. O último cálculo atuarial traz a informação da necessidade de promover equacionamento através da alíquota suplementar que pague no mínimo os juros do déficit juntamente com a reforma local. Natália Batista esclarece que até para extinção de um RPPS é necessário realizar um estudo. Diego e Elizangela esclarecem que a decisão sobre a reforma e equacionamento ou extinção é prerrogativa do poder executivo. Flávio concorda, mas reforça que nós devemos levar todas as situações e alternativas de solução para o executivo. Retomando a leitura do relatório da Caixa sobre o mercado, foi exposto o ponto de vista do gestor em relação à economia nos Estados Unidos, com perspectiva de aperto monetário pelo FED, afim de controlar a inflação. Na Europa há um crescimento do PIB em função do setor de serviço. A China apresenta um cenário enfraquecido em razão da crise imobiliária e política com os Estados Unidos. No cenário doméstico, o Banco Central está em busca da meta de inflação que não conseguiu ser atingida nos últimos dois anos e corre o risco de não entregar em 2023. Foram apresentados os índices de renda fixa e renda variável no período de 12 meses em comparação com o índice CDI, sendo que os índices com maior destaque para fevereiro foram IRF M1, IDKA, IMA B5 e IMA B5+. No mês de fevereiro, os índices IDKA e IMA-B5 superaram o CDI. Natália recorda que na última reunião do Conselho de Previdência, onde esteve presente o Sr. Marcelo representante da Consultoria de Investimentos Crédito e Mercado, o mesmo pontuou a aplicação em fundos de médio prazo (IDKA e IMA-B5) como recomendação da Consultoria, além de fundos de crédito privado. Diego questiona se a Consultoria não encaminhou a apresentação, complementando que a indicação da Consultoria está diferente do que foi indicado no Congresso de investimentos, conforme informações repassadas pelo membro do Comitê de Investimentos, Osmerino, que participou do evento. Osmerino esclarece que a indicação é para que parte dos títulos seja aplicado no longo prazo, fazendo diversificação. Flávio entende que se o instituto tiver saúde financeira, vale a pena ter parte do patrimônio aplicado no longo prazo.

CNPJ: 30.317.936/0001-01

**INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DE MARIANA - MG**

RUA SANTA CRUZ, 28, BARRO PRETO, MARIANA - MG

(31) 3558-5211



Flávio está preocupado com a situação do déficit do instituto, apurado no último cálculo atuarial. Diego esclarece que a extinção de um RPPS não é algo tão simples, que requer estudo. Os segurados já aposentados e pensionistas são mantidos até o pagamento final de todos os segurados, sendo que somente aqueles que não se aposentaram ainda e que não possuem direito adquirido, é que retornam para o Regime Geral. Flávio considera que devemos pensar no que é melhor para todos, e acredita que o instituto está numa situação muito delicada. Flávio entende que será necessário aumentar a contribuição dos segurados, do ente e que não irá ficar bom para ninguém. Diego entende que a visão de Flávio é muito extremista, e que não podemos exigir mais dos segurados, mas talvez do ente. Osmerino entende que enquanto existirem ferramentas, existem possibilidades de solução, e questiona se consideramos a saúde financeira do Regime Geral está boa. Flávio responde que sabe que a saúde do Regime Geral não está boa, mas entende que dentre os Institutos de Previdência Municipais, Estaduais, o Instituto de Previdência Federal é o que normalmente tem menos possibilidade de insolvência. Natália pede para que todos voltem para a pauta da reunião, e retoma a leitura do relatório da Caixa, agora para o setor de renda variável, onde ressaltam que apesar das eleições no Brasil terem formado um legislativo mais conservador, não se percebe avanço nas discussões da reforma fiscal. No mercado externo, a baixa liquidez do mercado global e o aperto monetário nos Estados Unidos tem diminuído o apetite por risco. Dessa forma a Caixa mantém uma posição neutra em relação ao IBOVESPA. Natália apresenta a demonstração gráfica dos índices de renda variável, sendo que nenhum deles cumpriu a meta atuarial no mês e nos últimos 12 meses. Natália informa que o patrimônio em fevereiro fechou em R \$309.084.282,19 com a carteira 100% em renda fixa. Natália pontua que a Caixa mantém o maior volume de recurso (23,11%) e em segundo Banco do Brasil (21,28%). Natália recorda que o Comitê de Investimentos estabeleceu que iria promover retirada gradativa de recursos da Caixa, reforçando a necessidade de nos reunirmos para analisar os fundos e traçar a melhor estratégia. Osmerino questiona por que dessa decisão. Natália esclarece que se deu em razão da situação ocorrida em janeiro desse ano, quando o IPREV foi vítima de uma fraude. Osmerino diz que se recorda do fato e pergunta se o gerente da Caixa esteve no instituto. Natália esclarece que eles estiveram em reunião no IPREV, apresentaram um ofício comunicando as providências adotadas pela Caixa, incluindo a abertura de processo (notícia crime) junto a polícia federal. Flávio argumenta que o valor inicialmente foi baixo (42 mil) perto do patrimônio do IPREV, mas que teme que possa haver tentativa de valores maiores. Diego esclarece que na reunião com a Caixa, os responsáveis presentes informaram que a instituição tem mecanismos que evitam o movimento de altos valores, pois movimentações acima de 50 mil requer liberação da Caixa, necessitando muitas vezes de liberação da superintendência. Osmerino salienta que o complicador na sua opinião, foi a demora em responder os questionamentos do instituto na ocasião do fato. Flávio questiona como está caminhando a discussão da adesão dos concursados anterior a Lei do regime complementar para migração. Natália esclarece que a lei está sendo elaborada pelo ente, e que a última notícia que teve acesso, refere-se ao cálculo do benefício especial que alguns segurados teriam direito. Diego informa que enquanto a prefeitura não der posse a servidor que recebam remuneração superior ao teto do INSS, não está irregular. Flávio entende que é preciso montar um grupo de estudo, com



cenários para discussão de soluções para diminuição do déficit. Natália relembra que na apresentação do cálculo atuarial, ocorrida na segunda feira da semana passada, a solução apresentada pelo atuário foi a aplicação da EC 103 na íntegra, o que reduz em praticamente pela metade o déficit. Diego pontua que diante da arrecadação do município, não seria complicado para o ente arcar com a despesa do déficit após aplicação da reforma. Flávio considera importante colocar as cartas na mesa, e deixar o município ciente de todas as situações, deixando para ela alternativas de escolha. Retomando a análise da carteira de investimentos do instituto, Natália relata a rentabilidade dos benchmarks no mês de fevereiro, com destaque para o IDKA (1,62%) e IMA-B5 (1,41%) e os fundos CDI renderam em média 0,90%. Natália informou que no mês de fevereiro houve o pagamento de cupom semestral atrelados aos Títulos Públicos do Governo Federal, sendo aproximadamente R\$ 26 mil do fundo vértice da Caixa e R\$ 756 mil dos títulos custodiados na XP Investimentos. Osmerino pergunta onde foram aplicados os recursos. Natália informa que os recursos foram aplicados no fundo BB Perfil do banco do Brasil, fundo atrelado ao CDI. Osmerino trouxe a informação de que no evento de investimentos em que esteve presente, os institutos relataram que estão fazendo recompra de títulos com os cupons. Diego indaga que devem ser valores mais altos. Osmerino informa que as recompras acompanham a realidade de cada lugar, por exemplo, institutos que possuem bilhões em patrimônio. Dando sequência, Natália informa que a carteira do instituto retornou 0,91% no mês frente uma meta de 1,19%, com retorno acumulado de 2,06% frente uma meta acumulada de 2,17% no ano. Diego questiona se ficamos abaixo da meta. Natália responde que sim, ficamos abaixo da meta do mês e do acumulado, em percentual bem pequeno (0,11%). Partindo para análise da entrega individual dos fundos, pode-se perceber que todos entregaram rentabilidade positiva, exceto o fundo IDKA. Natália esclarece que o índice IDKA entregou positivo no mês, entretanto, em razão do resgate realizado do valor aplicado na taxa de reserva, foi em um momento em que o fundo estava cotizando negativo, o resgate foi de aproximadamente R\$ 8 milhões. Diego questiona quando foi deliberado o resgate e quando ele foi efetivamente realizado. Natália informa que a deliberação foi feita em 17/01 e efetivado em fevereiro. Diego questiona que estes times fazem a diferença. Natália esclarece que o time não tem como ser administrado, pois não temos certeza de que o dia seguinte para se processar o resgate irá proporcionar rentabilidade positiva. Flávio questiona porque demorou para se processar o resgate, sendo que foi deliberado no dia 17. Natália informa que não teve condições de efetuar antes. Diego questiona se a deliberação foi em uma reunião extraordinária. Natália responde que foi uma reunião ordinária, na mesma data da reunião conjunta dos órgãos colegiados. Diego pede para retornar à página que apresenta rentabilidade dos fundos e questiona se o fundo BB Ativa Plus é D+0. Natália responde que sim, entretanto, o fundo fechou para novas aplicações no dia 08/03. Diego observa que o fundo IRF-M1 teve melhor retorno que o fundo BB Perfil, e pergunta se ele é D+0. Natália não tem certeza, mas acredita que é D+1. Flávio analisa que se tivesse havido a movimentação deliberada pelo comitê referente a compra de títulos públicos no mês passado, poderíamos ter tido uma rentabilidade superior em relação ao fundo em que se manteve aplicado. Diego questiona se foi realizada pesquisa de informações dos títulos, via e-mail. Natália informa que não. Flávio pontua que entende a questão de acúmulo de função de presidente do comitê e executora das deliberações, mas considera



importante tentar ajustar o tempo e dar prioridade para os investimentos, pois esta aplicação poderia ter dado uma rentabilidade de quase R\$ 200 mil. Flávio mantém o posicionamento de aplicar mais recurso em título público. Natália questiona qual a taxa e o ano que deve ser observado para fazer aplicação. Flávio considera interessante títulos a taxa mínima de 13% e no máximo até 2030. Osmerino informa que no evento de investimentos, houve indicação de NTN-B. Natália informa que atualmente temos este tipo de títulos na carteira. Natália relembra que Flávio sugeriu na última reunião aplicação em títulos públicos atrelados à taxa Selic, mas que ela não conseguiu efetuar. Osmerino reforça que a sugestão do Flávio vai de encontro com uma das sugestões que ele ouviu no evento de investimentos, concordando em permanecer a deliberação do mês passado, e de forma imediata. Diego esclarece que primeiramente Natália necessita efetuar pesquisa no mercado para saber quais títulos estão disponíveis. Osmerino reforça para Natália que é necessário realizar o movimento. Diego pontua que entende que o acúmulo de função interfere na execução das atividades, e sugere que Natália desenvolva mecanismos que a ajude a organizar as atividades e efetuar as prioridades. Flávio informa que em análise na plataforma da XP Investimentos, identificou a existência de LTF pré-fixada a taxa de 13% para 2029. Entretanto, Flávio pontua que nosso problema é o governo, pois não sabemos se conseguirá conter a inflação, e que nossa bolsa tende a seguir o mercado externo, ganhando menos e sofrendo um pouco mais. Flávio tem uma aposta negativa em relação à inflação. Osmerino pontua que entende a dificuldade de Natália realizar as deliberações em razão do acúmulo de função, e se dispõe a aprender e ajudar para auxiliar em alguma coisa. Osmerino ainda relata que no congresso de investimentos foi posta esta questão do acúmulo de funções, realidade vivenciada por diversos institutos, e que a posição da presidência oferece até uma autonomia na tomada de decisão, mas que esta autonomia fica prejudicada, uma vez que não há tempo para dedicar e analisar o mercado e assim tomar as decisões. Natália agradece Osmerino pela disposição em ajudar. Flávio continua a apresentar alguns títulos identificados na plataforma de investimentos da XP, considerando interessante título públicos atrelados à Selic 2026, entregando Selic + 0,88. Flávio considera que a Selic pode chegar a no mínimo 11% daqui a 2 anos. Outro título que Flávio considera interessante, é também atrelado à Selic à taxa de 12,34% pré-fixado para 2026. Osmerino considera que no pior cenário, a taxa Selic chegará a 12% daqui a 2 anos. Fazendo uma análise grosseira, considerando 8 reuniões do COPOM, a uma redução de 0,25% por reunião, teríamos uma Selic a aproximadamente 11% daqui a 2 anos. Flávio considera mais interessante aplicar em títulos públicos de curta duração atrelados à Selic e que para títulos de duração mais longos é melhor aplicarem atrelados ao IPCA. Osmerino considera importante fazer um estudo para saber quanto do recurso do IPREV pode ficar preso por um tempo maior e assim aportar em títulos de longo prazo. Sobre o último item da pauta, foi feita a leitura da minuta do Edital de Credenciamento de instituições, que após considerações foi aprovado, sendo solicitada observância da portaria 1467 de 2022. Deliberações: aplicação de recurso em títulos públicos atrelados à Selic para 2026 e NTN-B 2032 IPCA + 6%. Diego questiona se o estudo ALM foi apresentado para o Comitê de Investimentos. Natália informa que não foi apresentado, e que inclusive, já recebeu um e-mail solicitando informações para atualização do estudo. Diego reforça que é preciso ter o estudo ALM em mão para poder tomar as decisões. Natália relembra que a Política

CNPJ: 30.317.936/0001-01

**INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DE MARIANA - MG**

RUA SANTA CRUZ, 28, BARRO PRETO, MARIANA - MG

(31) 3558-5211



Anual de Investimentos considerou o último estudo de ALM realizado para o instituto. Natália sugere promover a retirada do fundo Caixa Matriz, uma vez que já deliberamos a retirada gradativa dos recursos e por estar apresentando rentabilidade menor que os demais no mês e nos últimos 12 meses. O valor a ser aplicado será no montante de R\$ 7 milhões nos títulos NTN-B para 2032 e R\$ 15 milhões no fundo Selic 2026. Não havendo mais nada a tratar, às 11h45min deu-se por encerrada a reunião, e eu, Natália Clarice de Araújo Batista, lavrei á presente Ata que após lida segue assinada.

Diego da Silva Carioca: _____

Flávio Augusto de Assis Rocha: _____

Natália Clarice de Araújo Batista: *Natália* _____

Osmerino Anelito Pena: _____